

# Banqueiros temem o mistério

RUY VEIGA

Correspondente

São Paulo — O governo ficou exposto a severas críticas por parte de empresários do setor financeiro. Ontem, em São Paulo, na sede do Automóvel Club de São Paulo, banqueiros e demais empresários da área reuniram-se para homenagear o presidente da Fenaban-Febraban, Roberto Konder Bornhausen, diretor-presidente do Unibanco, e não deixaram passar a oportunidade para demonstrar sua insatisfação quanto às formas pelas quais as reformas na economia, anunciadas pelo governo, estão sendo encaminhadas.

A principal crítica dos empresários é quanto a total desinformação a que alegam estar submetidos. O próprio representante do segmento no Conselho Monetário Nacional, José Carlos Moraes Abreu, do Itaú, dizia, em conversas com os empresários não ter uma idéia clara do que está sendo planejado na área econômica. Para Moraes Abreu, a próxima reunião do CMN, marcada em princípio para hoje, não tem pauta definida e as informações que deveriam ser prestadas, quanto ao "pacote", não apareceram.

Quanto ao caráter de desinformação e, até, certo modo, de mistério que rodeia a adoção das próximas medidas econômicas, um diretor do Banco de Boston, Henrique Campos Meirelles também presidente da ADEL, Associação Brasileira de "Leasing" — coloca que há dúvidas inclusive, em relação a medidas fundamentais. "Não se pode dizer exatamente o que deve-

rá ocorrer, nem sequer quanto às modificações que possam acontecer na correção monetária". Do mesmo ponto de vista partilha o presidente do Banco Savena, Antonio Luis Lang e o presidente do Conselho Administrativo da ABBC, deputado Célio Borja. Ambos reconhecem que é impossível colocar-se qualquer adiantamento em relação ao problema. "Pela lógica, eles não podem mexer na correção monetária, sob risco de puxar a correção cambial para baixo e comprometer a balança comercial".

Antes do almoço, Roberto Konder Bornhausen comentando as medidas, informou não saber se haverá a tão almejada, pelos banqueiros, liberação do crédito bancário. O fim do contingenciamento vem sendo defendido pelo setor como a única alternativa para solucionar a questão das altas taxas de juros. O presidente da Febraban afirmou que:

"Eu não acredito que o fim do contingenciamento ocorra agora. Talvez em noventa dias (cerca de primeiro de outubro) após o governo haver avaliado as implicações sobre a contenção da base monetária das medidas econômicas a serem adotadas". O presidente da Febraban diz que o governo tem que com a expansão da base monetária, consequência lógica da liberação do crédito, não haja controle oficial sobre o processo inflacionário.

Entre os banqueiros ainda o temor pela anunciada possibilidade da antecipação do Imposto de Renda dos bancos (poderá ser cobrada no início do segundo semestre). Essa

forma de tributar o lucro bancário vem provocando reações fortes, e de evidente má vontade dos banqueiros, em relação às medidas.

O discurso de Bornhausen, como homenageado (embora não se tenha esclarecido o motivo da honra), foi estritamente político-econômico. Ele situou os problemas havidos nas contas externas e a questão do endividamento interno. Em seguida colocou que cabe ao governo "conscientizar a sociedade em geral para arcar com um programa de austeridade capaz de solucionar a crise".

O dirigente citou a necessidade do estado conter os déficits públicos, mas lembrou da necessidade e importância que jogam nela, a livre iniciativa e o estabelecimento de um critério de maior justiça social na divisão das cargas de responsabilidade.

Outro aspecto: Bornhausen convidou o governo a preparar soluções antecipadas, mas posteriormente, colocando-as no livre debate com a sociedade. "Indicando qual o preço a ser pago por cada um e se possível que o preço fosse acertado de maneira equânime", e usou uma figura de linguagem: "a sociedade pagaria o preço, mas ao final receberia a mercadoria". Como governo pretenda anunciar seu projeto econômico até amanhã, e naturalmente, o presidente da Febrab tem consciência do fato, então deduz-se que antes do pacote ser colocado na prática, as críticas quanto à sua forma de elaboração já estão nas ruas, ou nos gabinetes da iniciativa privada.